

DOSSIÊ: REFUNDAR O PENSAMENTO URBANO-REGIONAL LATINO-AMERICANO: ENTRE VARIEGAÇÃO, NEGAÇÃO E CONSTITUIÇÃO

CATEGORIAS E IDEIAS EM CIRCULAÇÃO NO PENSAMENTO CRÍTICO DOS ESTUDOS URBANOS BRASILEIROS: TRAJETÓRIAS E TENSÕES

Luis Régis Coli*

Giselle Tanaka**

Endyra O. Russo**

*Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

**Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Periferias, Brasília, DF, Brasil

Resumo

Este artigo analisa trajetórias das categorias “periferia”, “favela” e “movimentos sociais urbanos” nos estudos urbanos brasileiros, do desenvolvimentismo dos anos 1950 ao recente período neoliberal, com foco na produção intelectual do eixo Rio-São Paulo. Examina-se a tensão entre a influência de matrizes teóricas eurocêntricas e as conceituações elaboradas a partir da realidade nacional. Discute-se o papel de instituições como Iseb, Cebrap e Cedec na formação do campo, bem como os limites das interpretações produzidas por elas, que frequentemente negligenciaram as dimensões de raça e gênero como estruturantes da experiência urbana. Propõe-se, por fim, uma articulação entre economia política urbana e perspectivas decoloniais, por meio da tríade analítica colonialidade-imperialidade-nacionalidade do poder. Tal abordagem busca reinterpretar a produção do espaço urbano no Brasil, evidenciando como hierarquias epistêmicas e raciais conformam desigualdades socioespaciais, ao mesmo tempo que aponta para a potencialidade emancipatória dos saberes e lutas que emergem das próprias periferias.

Palavras-chave

Planejamento Urbano; Movimentos Sociais; Periferia Urbana; Favela; Participação Social; Teorias Urbanas; Colonialidade do Saber Urbano.

DOSSIER: REFOUNDING URBAN-REGIONAL LATIN AMERICAN THINKING: NAVIGATING VARIEGATION, NEGATION, AND CONSTITUTION

CATEGORIES AND IDEAS INFORMING CRITICAL THOUGHT IN BRAZILIAN URBAN STUDIES: TRAJECTORIES AND TENSIONS

Luis Régis Coli*

Giselle Tanaka**

Endyra O. Russo**

*Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza, Rio de Janeiro, RJ, Brazil

**Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Periferias, Brasília, DF, Brazil

Abstract

This article analyzes trajectories of the categories “periphery,” “favela” and “urban social movements” in Brazilian urban studies, from the developmentalism of the 1950s to the recent neoliberal period, focusing on intellectual production from the Rio-São Paulo axis. It examines the tension between the influence of Eurocentric theoretical frameworks and conceptualizations developed from the Brazilian context. It discusses the role of institutions such as ISEB, CEBRAP and CEDEC in shaping the field, as well as the limitations of the interpretations they produced, which have frequently overlooked race and gender as structuring dimensions of urban experience. Finally, it proposes bringing together urban political economy and decolonial perspectives through the analytical triad of the coloniality, imperialism and nationality of power. This approach seeks to reinterpret the production of urban space in Brazil, highlighting how epistemic and racial hierarchies shape socio-spatial inequalities while also pointing to the emancipatory potential of knowledge and struggles emerging from the peripheries themselves.

Keywords

Urban Planning; Social Movements; Urban Periphery; Favela; Social Participation; Urban Theories; Coloniality of Urban Knowledge.

CATEGORIAS E IDEIAS EM CIRCULAÇÃO NO PENSAMENTO CRÍTICO DOS ESTUDOS URBANOS BRASILEIROS: TRAJETÓRIAS E TENSÕES

Luis Régis Coli

Giselle Tanaka

Endyra O. Russo

Introdução

A urbanização brasileira é marcada por profundas assimetrias socioespaciais que constituíram, historicamente, um *locus* privilegiado para a compreensão das dinâmicas do capitalismo periférico. Desde sua formação, o campo dos estudos urbanos no Brasil tem refletido as tensões entre diferentes projetos de natureza sociocultural, política e econômica e as lutas sociais. É forte a influência de paradigmas teóricos internacionais, em especial os de matriz eurocêntrica, mas é preciso compreender como eles foram adaptados e apropriados em contextos específicos.

Este artigo procura identificar, por meio da reconstrução da trajetória de formação e de transformação de categorias interpretativas como “movimentos sociais urbanos”, “periferia” e “favela”, considerando o papel das instituições que produziram interpretações sobre a realidade urbana brasileira, a conformação de tais categorias como paradigmas teórico-analíticos no campo dos estudos urbanos. Para essa reflexão, enfatizamos o período dos anos 1950 à atualidade, tendo como recorte atores e instituições brasileiros sediados no eixo Rio-São Paulo, dois importantes polos econômicos e científicos, buscando, por fim, oferecer uma abordagem crítica alternativa para a reinterpretação deste objeto – a produção do espaço urbano no Brasil.

Um aspecto fundamental da análise reside na tensão entre autonomia e dependência epistêmica: como as teorias urbanas brasileiras – embora originais em suas conceituações de espoliação urbana (Kowarick, 1979), periferia e favela – dialogam com matrizes eurocêntricas e são influenciadas por elas, e como os

movimentos sociais urbanos (enquanto sujeitos históricos, mas também enquanto categoria interpretativa) oscilaram entre transformação radical e engajamento institucional. Assim, parte-se do pressuposto de que a produção do conhecimento urbano no Brasil está intrinsecamente vinculada a hierarquias cognitivas, raciais, econômicas e de gênero herdadas e reatualizadas ao longo do tempo.

Ao final, o artigo aponta para a fertilidade teórica e analítica de abordagens que integrem economia política urbana e perspectivas decoloniais, articulando as dimensões da colonialidade (hierarquias étnico-raciais e epistêmicas persistentes), da imperialidade (lógica ativa de expansão e dominação global) e da nacionalidade do poder (projetos e agência interna). Essa tríade analítica aponta para uma leitura mais matizada do urbano brasileiro, reconhecendo tanto as estruturas globais de opressão quanto as dinâmicas, contradições e possibilidades de resistência inscritas em contextos nacionais e locais. Além disso, evidencia-se como as opressões de raça, gênero e classe se territorializam e são vividas cotidianamente. Conceitos como o de branqueamento do território revelam de que maneira a racialização também opera como princípio estruturador da produção do espaço, atuando tanto de forma material quanto epistêmica, ao apagar histórias, saberes e territorialidades não brancas. Dessa forma, busca-se não apenas identificar hierarquias epistêmicas e socioespaciais enraizadas, mas também vislumbrar caminhos para sua superação, na direção de uma produção do conhecimento e do espaço urbano mais plural e emancipatória.

O texto está estruturado em quatro seções principais, além desta introdução e das considerações finais. A primeira discute a gênese das categorias “periferia”, “movimentos sociais urbanos” e “favela” no contexto do desenvolvimentismo e dos marxismos brasileiros. A segunda analisa a institucionalização das lutas urbanas e a transformação da “participação popular” em política de Estado. A terceira examina os impactos do neoliberalismo no planejamento urbano e a emergência de modelos de empresariamento e mercantilização das cidades. Por fim, a quarta seção explora as potencialidades da articulação proposta entre economia política urbana, colonialidade, imperialidade e nacionalidade do poder, dialogando com contribuições teóricas recentes que enfatizam os processos de racialização do espaço para uma releitura crítica e integrada da produção do urbano no Brasil.

1. Categorias interpretativas do fenômeno urbano brasileiro: periferia, movimentos sociais urbanos, classes populares e favela

As contradições entre a adoção de ideias, práticas e modelos hegemônicos e a reflexão enraizada em realidades locais, regionais e nacionais estiveram presente desde a formação do campo do urbano no Brasil. Seduzido pelo temário localista

nas décadas de 1920 a 1940, o urbanismo foi também profundamente influenciado por ideias eugênicas e higienistas de matriz eurocêntrica, como já bastante explorado na literatura acadêmica. Se a tensão entre autonomia e dependência epistêmica marca os estudos urbanos brasileiros, ela encontra seus fundamentos no início do século XX, durante a própria constituição do pensamento urbanístico no Brasil, que buscava adaptar ideias adventícias à realidade nacional, em grande medida permeadas por construções ideológicas racializadas de caráter eurocêntrico (Lira, 1999).

Assim, foram incorporadas, pelo discurso urbanístico no Brasil, teses eugenistas e higienistas que racializavam a pobreza e justificavam intervenções segregadoras. Favelas e cortiços foram criminalizados como focos de “degeneração racial”, e projetos de cidades-jardins operárias visavam não apenas à ordenação espacial, mas ao “aperfeiçoamento da raça”. Essa medicalização do espaço urbano revela como o urbanismo nascente se alinhou a projetos nacionais de exclusão e subalternização das classes populares, majoritariamente não brancas. Lira (1999) destaca que estudos sociológicos dos anos 1930 e 1940, como os de Samuel Lowrie e Oscar Egídio, produziram verdadeiros mapas étnicos das cidades brasileiras, identificando “enquistamentos” de imigrantes e populações negras. Esses mapeamentos, embora revestidos de linguagem científica, reforçavam hierarquias raciais e subsidiavam políticas de segregação residencial. O espaço urbano era, desse modo, concebido como um organismo a ser ordenado segundo critérios raciais e culturais, onde partes ocupadas pelas populações pobres e majoritariamente negras sequer eram reconhecidas como cidade.

A partir dos anos 1950, grupos marxistas e nacionalistas do Rio de Janeiro e de São Paulo vão buscar, na interpretação da formação da classe trabalhadora brasileira, especificidades do desenvolvimento nacional para construir uma compreensão sobre a produção do espaço urbano. Instituições como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) e o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec) foram importantes centros formuladores de interpretações sobre a realidade urbana brasileira, cuja reflexão influenciou gerações seguintes.

Nos anos pré-1964, destacava-se nos círculos intelectuais não partidários a chamada “ideologia isebiana”, tendo como base a noção de que o Brasil só poderia ultrapassar o subdesenvolvimento pela intensificação da industrialização e difundindo, portanto, o projeto nacional-desenvolvimentista (Souza, 2010).

Criado em 1955 no Rio de Janeiro, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) era ligado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) e objetivava ser um centro de altos estudos políticos e sociais. Segundo Toledo (1997, p. 123), os intelectuais

do Iseb¹ pretendiam organizar um conjunto de ideias relativamente ordenadas que os possibilitasse “desempenhar um papel ativo na transformação de toda a sociedade, unificando os interesses gerais da nação”. A industrialização como base da modernização a ser conduzida pelo Estado encontra espaço no debate sobre as reformas sociais e econômicas defendidas pelo governo de João Goulart (1961-1964) e pelos nacionalistas.

O Iseb foi um centro produtor de ideologias nacional-desenvolvimentistas diferenciadas, que tinham em comum o fato de apontarem como contradição principal na sociedade brasileira o embate entre “nação” e “antinação” e elegem o “povo brasileiro”, não qualquer classe em especial, como principal agente da História. Hélio Jaguaribe, por exemplo, apostava no capitalismo autóctone na periferia ocidental (Ridenti, 2009).

Na versão do Partido Comunista Brasileiro (PCB), especialmente a partir da Declaração de Março de 1958, haveria resquícios feudais ou semifeudais no campo, a serem removidos por uma revolução burguesa, nacional e democrática, que uniria todas as forças interessadas no progresso da nação e na ruptura com o subdesenvolvimento (a burguesia, o proletariado, setores das camadas médias e também os camponeses) contra as forças que pretendiam manter o subdesenvolvimento brasileiro (o imperialismo e seus aliados internos, os latifundiários e setores das camadas médias próximos dos interesses multinacionais). A revolução socialista viria numa segunda etapa – bem próxima ou ainda muito distante, dependendo da interpretação de cada corrente partidária. A posição do PCB foi herdada do VI Congresso da Internacional Comunista, realizado em Moscou em 1928, que propunha para os países coloniais e semicoloniais a revolução nacional e democrática, em uma frente única anti-imperialista e antifeudal.

Para Ridenti (2009), esse tipo de análise aproximava, na prática, comunistas e nacionalistas, todos favoráveis a priorizar o desenvolvimento, com atuação decisiva do Estado no planejamento e no financiamento. Ele implicaria o silêncio sobre as lutas de classes e uma concepção do Estado acima delas, sendo o subdesenvolvimento visto como “ausência de capitalismo e não o seu resultado” (Ridenti, 2009, p. 4). Essa proposição ajudou a embasar uma construção dual da cidade, segundo a qual a parte empobrecida representaria o atraso ou uma marginalidade a ser incorporada à sociedade (e cidade) moderna por meio da industrialização.

1. O Iseb teve sua origem no Grupo Itatiaia, constituído por intelectuais e técnicos administrativos que começaram a se encontrar mensal e informalmente a partir de 1952, “visando formular soluções aplicáveis para a sociedade, com vistas a elaborar um projeto para o desenvolvimento econômico-social” (Souza, 2010, p. 147). Entre os principais formuladores desse projeto nacional-desenvolvimentista estavam Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida, Roland Corbisier, Álvaro Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodré.

Por sua localização privilegiada no Rio de Janeiro, próximo a redações de jornais nacionais, editoras, partidos políticos e ministérios, o Iseb se tornou importante peça no debate público. Sendo um órgão oficial de Estado que contava com forte presença de comunistas, o golpe militar de 1964 fez de seus intelectuais alvo da repressão, levando-os a se refugiar no exterior.

Em São Paulo, os intelectuais da sociologia uspiana² (alguns regressados do exílio) fundaram, em 1969, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), que se tornaria, nas décadas seguintes, local de renovação teórico-analítico-metodológica das ciências sociais e para o pensamento de oposição e de esquerda, ainda que a concepção nacional-desenvolvimentista encontrasse nele algum espaço. Com forte base na sociologia urbana, passaram a predominar no campo de estudos urbanos.

Os paulistas se diziam diferentes dos cariocas, qualificando o Iseb como um centro de produção ideológica, enquanto o Cebap seria lugar da “verdadeira” produção científica: “O Iseb fazia uma análise mais próxima da realidade e também mais ideológica, enquanto nós, cientistas, fazíamos análises abstratas, categóricas, ‘marxistas’” (Schwarz, 1999, p. 90). Essa leitura enviesada se deve à proposta do Iseb de formular uma teoria social voltada à intervenção na sociedade brasileira, em especial no Estado. O Cebap, por sua vez, não estava isento de formulações voltadas para a intervenção social, conforme posições ideológicas de seus autores, embora ela fosse mais diversa. É possível identificar tendências nacional-desenvolvimentistas, bem como correntes marxistas que buscavam na sociedade as forças capazes de impulsionar uma transformação social.

O Cebap estabeleceu fortes vínculos com instituições sediadas no Chile, como a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). As relações intelectuais e institucionais ali mantidas (inclusive com agências de fomento internacionais)³ foram cruciais no processo de criação e consolidação da instituição, para que, assim, intelectuais progressistas pudessem continuar trabalhando no Brasil após seu afastamento compulsório da universidade em consequência do AI-5 (Monteiro; Moura, 2009).

2. Muitos haviam sido orientandos de Florestan Fernandes. O Cebap foi composto inicialmente por Fernando Henrique Cardoso, José Arthur Gianotti, Elza Berquó, Paul Singer (cassado), Juarez Lopes Brandão e Cândido Procópio Ferreira de Camargo, vindo se juntar a esses, já nos anos seguintes, Octavio Ianni, Francisco de Oliveira, Bolívar Lamounier, Lúcio Kowarick, Vilmar Faria e Carlos Estevam Martins, integrando o quadro permanente, que, na fase inicial, ainda contava com Francisco Weffort, Boris Fausto, Regis de Castro Andrade, Luiz Werneck Vianna e Maria Hermínia Tavares de Almeida.

3. Não podendo contar com recursos universitários, inovavam ao buscar financiamentos fora, assumindo novas demandas, temas, abordagens e conceitos. A Fundação Ford seria a principal sustentadora do centro no período de 1969 a 1973, o que não deixava de causar polêmicas. Aparentemente, a autonomia do trabalho intelectual foi garantida (MICELI, S. *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo: Sumaré, 1993).

O Cebrap forja então seu espaço no marxismo acadêmico, baseando-se em “um sólido treinamento em formular uma análise social expurgada da retórica ideológica. Este será um dos aspectos ‘fortes’ dos trabalhos do Cebrap e, inclusive, de certa forma, facilitará sua sobrevivência no período de repressão do regime militar” (Sorj, 2001, p. 15). Seus membros, ao conjugarem expressão política e competência acadêmica, alcançavam um grande público intelectual (Lahuerta, 2001, p. 3). Além disso, estavam antenados com as novas tendências internacionais de pensamento: a sociologia europeia e norte-americana em geral, a Nova Esquerda, a Contracultura (Fernandes, 1977, p. 191).

Esse marxismo foi trabalhado no contexto de pesquisas empíricas sobre crescimento, pobreza e movimentos sociais. O acúmulo de investigações acadêmicas voltadas para objetos específicos diversos, muitas delas quantitativas, permitiria uma significativa amplitude em seus diagnósticos sociológicos sobre a realidade brasileira, com pesquisas pioneiras em diversos campos das ciências humanas (Perruso, 2008).

O Cebrap foi responsável pela primeira tentativa marxista de explicação do fenômeno da urbanização da maior cidade da América do Sul, São Paulo, na obra *São Paulo 1975: crescimento e pobreza* (Camargo et al., 1976). Nele, a periferia aparece de forma pioneira como uma categoria que designa localizações da cidade destinadas à moradia da classe trabalhadora, marcadas pela precariedade habitacional e pela ausência de infraestrutura urbana. A compreensão dos processos de produção social do espaço urbano no Brasil é vinculada às especificidades da industrialização brasileira, fortemente influenciada pela obra de um de seus membros, Francisco de Oliveira, em “Crítica à razão dualista” (Oliveira, F., 2003).

A publicação de *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial* (Maricato, 1979) avança nessa leitura, entrando nas especificidades da produção do urbano no Brasil e introduzindo novos elementos da produção da periferia e do acesso à terra pelos trabalhadores urbanos. A obra apresenta debates sobre a renda da terra urbana nos artigos de Singer (1979) e Lefèvre (1979), sobre o papel das políticas de Estado na concentração de renda e reforço aos padrões de segregação socioespacial (Bolaffi, 1979) e sobre os agentes de produção do espaço periférico (Bonduki; Rolnik, 1979).

A periferia se torna conceito explicativo do fenômeno urbano no debate público e acadêmico paulista, conectado com a discussão sobre as especificidades do desenvolvimento nacional (Tanaka, 2006). O entendimento da produção da cidade é inserido na lógica de acumulação capitalista concentradora, que Oliveira (2003)⁴

4. Publicado originalmente como “A economia brasileira: crítica à razão dualista”, em *Estudos Cebrap*, n. 2, 1972.

qualifica como industrialização com baixos salários e Maricato (2000), como urbanização com baixos salários. Oliveira (2003) apresenta a crítica à ideia de que a pobreza no Brasil seria uma marca de resquícios do passado agroexportador, a ser superado pelo desenvolvimento industrial (em debate com a teoria da marginalidade e, principalmente, com Celso Furtado, um dos principais formuladores da chamada teoria do subdesenvolvimento), expondo a imbricação entre o atraso e o moderno. O crescimento da pobreza nos grandes centros industriais brasileiros seria resultado do modelo de industrialização com baixos salários, do qual a precariedade habitacional, presente nas favelas e periferias, seriam uma expressão (Tanaka, 2006).

Nos anos 1970 e 1980, destacamos o que Kowarick (2002) denomina de “investigações críticas engajadas”, não apenas pela forte presença da investigação empírica nas reflexões teóricas, mas por seu caráter militante, seja nas lutas urbanas, seja na busca por caminhos para uma real transformação social. Essa marca pode ser encontrada com distinções no Rio de Janeiro e em São Paulo. Na capital paulista, a questão urbana se desenha em torno da construção da periferia como *locus* privilegiado para a ação dos movimentos sociais urbanos. No Rio de Janeiro, o problema da favela se coloca no centro dos conflitos urbanos. A conceituação de espoliação urbana é apresentada também em *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*, no capítulo intitulado “A lógica da desordem” (Camargo et al., 1976).

A espoliação urbana de Kowarick (1979) se soma a essa construção do urbano no Brasil ao elaborar uma interpretação da classe trabalhadora na “periferia do capitalismo”. O fenômeno é resultado de dois processos concomitantes de dilapidação da força de trabalho: no espaço da produção, as altas taxas de exploração do trabalho estão relacionadas com a condição de pauperização; no espaço da reprodução – e do consumo coletivo –, as péssimas condições de habitação e a carência de infraestrutura pública exigem um sobretrabalho nos tempos de folga, aos finais de semana, para produção da moradia e das condições urbanas nas periferias por meio dos mutirões.

A partir de Kowarick (2000) e Sader (1988), é possível compreender a classe trabalhadora no Brasil como classe popular, entendendo as características próprias da classe trabalhadora urbana em sua condição periférica: a condição de alta rotatividade no trabalho, a predominância do trabalho informal e a presença de formas de organização coletiva da vida para a provisão de meios de subsistência, não como resquícios de formas primitivas e atrasadas, mas como elementos estruturais da superexploração do trabalho. As classes populares têm, nas experiências cotidianas da vida na cidade, a base para a constituição de identidade de classe, a partir da qual se conformariam lutas sociais relevantes. Para Sader (1988, p. 37-60),

o trabalhador urbano, em suas lutas, constitui-se como um sujeito de direitos, capaz de se projetar como sujeito político, indicando uma “nova configuração de classe” dada pela identidade construída nos espaços públicos criados nas periferias.

É preciso lembrar que Sader (1988) e Kowarick (2000), nos textos citados, dialogam com um referencial marxista estruturalista, para a compreensão da produção da periferia urbana e dos movimentos sociais urbanos. Ainda que elaborem sobre a experiência cotidiana periférica, fazem-no na chave da separação entre as dimensões da produção e da reprodução da força de trabalho. Refletindo sobre a produção da periferia leste da Região Metropolitana de São Paulo, Barone (2013) corrobora essa interpretação, mostrando como planos, projetos e obras voltados para a viabilidade da ocupação urbana da região entre as décadas de 1960 e 1980 a tinham como “vetor de estocagem de mão de obra” (Barone, 2013, p. 71), fenômeno denominado cidade-dormitório na perspectiva da reprodução.

A interpretação da produção da periferia como resultado das contradições da industrialização brasileira está em direta conexão com a formulação de teorias sobre os movimentos sociais urbanos como forças sociais e políticas emergentes nas décadas de 1970 e 1980. As publicações do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec) (Moisés et al., 1978; Moisés et al., 1982a) assumem um papel relevante ao trazer para o debate público manifestações populares, greves e quebra-quebras em trens e ônibus como manifestações autônomas das classes populares, com um potencial organizativo, de constituição de identidade e de conformação de sujeitos políticos (Tanaka, 2006; 2017). Essa produção está embasada no marxismo estruturalista europeu, em especial na leitura de Manuel Castells em *A questão urbana* (Castells, 1983), desdobrada no marxismo francês (Arantes, 2009).

Na obra, Castells apresenta a cidade como espaço de consumo coletivo, do uso e da vida cotidiana. Diferentemente do consumo individual de mercadorias, o consumo coletivo se realiza econômica e socialmente, não por meio do mercado, mas sim do Estado e de suas políticas públicas, encarregado da “produção dos meios essenciais de reprodução da força de trabalho: saúde, educação, habitação, equipamentos coletivos etc.” (Castells, 1983 apud Arantes, 2009). Em Castells, o urbano é compreendido predominantemente como o lugar da reprodução social, *locus* da reprodução da força de trabalho, objeto de serviços públicos (habitação, transporte, saneamento etc.) e das ações estatais de integração e repressão (Arantes, 2009).

Jacobi (1987) e Cardoso (1997) apontam a forte influência de Castells, que, junto com Lojkin, enfatiza o potencial transformador das lutas urbanas a partir do antagonismo criado entre forças populares e o Estado. A Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs) chegou a constituir, em 1977, um grupo de trabalho sobre os movimentos sociais (GT Lutas Urbanas),

com forte influência do paradigma europeu dos novos movimentos sociais, “tendo Alberto Melucci, Alain Touraine, Manuel Castells e Claus Offe como principais referenciais teóricos, além de Gramsci e suas formulações sobre a sociedade civil” (Gohn, 2014, p. 84).

As manifestações populares relacionadas aos problemas urbanos seriam, nessa ótica, resultado do conflito entre trabalhadores e o Estado no âmbito da reprodução da força de trabalho e estariam inseridas nas contradições estruturais do modo de produção capitalista, contrariando a ortodoxia comunista, de um lado, e, de outro, validando as concepções que as tratavam como ações com potencial para transformar a sociedade.

No Rio de Janeiro, na década de 1960, o programa de erradicação de favelas havia polarizado o debate público carioca entre remoção e consolidação (Silva, 1981). Embora contasse com o apoio das camadas médias e do setor imobiliário, processos de remoção como o de Brás de Pina geraram grande visibilidade e resistência popular. O apoio de setores da Igreja Católica fez que os moradores conseguissem permanecer no local, dando início a propostas de urbanização das favelas, cujo escopo consistia em “integrar a comunidade subnormal no bairro adjacente” (Blank, 1977, p. 11). Pela metodologia participativa empregada, o caso de Brás de Pina se torna referência para o debate nacional.

Promessa de campanha, essas ações eram implementadas pela Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (Codesco), criada em 1968 pela gestão estadual do Partido Social Democrático (PSD). Contando com verba da United States Agency for International Development (Usaid), agência do governo norte-americano implementadora de programas econômicos e sociais em países “subdesenvolvidos”, a Codesco se organizava em equipes compostas por economistas, sociólogos, arquitetos e assistentes sociais. Dela fizeram parte os sociólogos Luiz Antonio Machado da Silva e Ana Clara Torres Ribeiro, o antropólogo José Sergio Leite Lopes e o arquiteto urbanista Carlos Nelson Ferreira dos Santos, que, como estudante de graduação (ainda em 1962), já havia atuado em Brás de Pina, por meio de contato com a Federação de Favelas do Estado da Guanabara (Fafeg) (Freire; Oliveira, 2000, p. 315).

Essa experiência foi uma das que se firmaram como alternativa no exato momento em que o regime militar endurecia a repressão à resistência da população favelada às remoções, que tiveram seu apogeu entre os anos 1968 e 1974. Contrariando o diagnóstico da marginalidade social⁵ em voga, esse contexto deu

5. Termo baseado em conceito jurídico que considera que parte da população não estaria integrada plenamente à sociedade, sem considerar os processos reais nos quais estão inseridos. Tanto as formulações aqui apresentadas em torno da periferia quanto a construção do “problema da favela” contestam essa denominação.

outro sentido à participação popular no processo de urbanização. Esse engajamento nasceu da mobilização dos moradores e era visto como parte de um processo pedagógico no desenvolvimento de uma consciência cívica, concepção bastante difundida na América Latina entre os anos 1950 e 1960 por instituições reformadoras como a Igreja (Silva, 1981).

A partir da experiência de Brás de Pina, Carlos Nelson dos Santos (2017a) se tornou referência no debate sobre as favelas. Contrapondo-se ao “arquiteto-tipo” individualista e guiado por uma ideologia do progresso abstrata e aos planejadores com visões totalizantes e autoritárias, Santos defendia a necessidade de buscar na realidade social brasileira, em especial na favela, situações concretas que escapavam aos debates teóricos hegemônicos. Sua perspectiva, nascida da ação militante, propõe um olhar antropológico, atento ao detalhe e ao particular, para compreender a cidade por meio das relações sociais e das redes de significados presentes no dia a dia dos moradores.

Na abordagem do autor, a favela se revela não como uma unidade homogênea, mas como um espaço diverso, produto de representações materiais e simbólicas, onde o morador é reconhecido como sujeito ativo, capaz de interpretar e manipular discursos. Santos é também pioneiro em abordar o espaço da favela como um patrimônio conquistado e construído por seus moradores. Admite as necessidades de intervenção, mas busca reconhecer as relações presentes no espaço urbano (Santos, C., 2017a).

Estendendo essa análise para as periferias, Carlos Nelson dos Santos (2017a) enfatiza a não uniformidade desses territórios, identificando uma multiplicidade de atividades, processos integradores e economias informais com dinâmicas próprias e relacionando as condições precárias da periferia à lógica de valorização do solo e à distribuição desigual dos bens urbanísticos no modo de produção capitalista. Defende, portanto, que a intervenção profissional deveria ser lastreada no estudo empírico rigoroso e construída com a população, informando-a de todos os passos e formas de obtenção de conhecimento. Essa postura ética e metodológica visa evitar que os moradores se tornem meros espectadores passivos ou vítimas dos processos de planejamento, promovendo, em vez disso, sua emancipação como agentes do espaço que habitam e produzem.

As proposições de Carlos Nelson dos Santos se chocam com a concepção de John Turner (1972; 1976),⁶ bastante influente na visão das favelas nos anos 1950

6. Para Turner (1972; 1976), o que as políticas habitacionais oficiais não viam era que a habitação exercia três funções fundamentais no processo social (localização, segurança da posse e conforto), as quais tinham importâncias diferentes, dependendo da etapa do ciclo de integração do migrante à vida urbana. A favela é tida como moradia transitória, pressupondo um processo evolutivo de integração social, ou seja, de progressiva adaptação dos migrantes rurais à vida urbana moderna.

e 1960 no Rio de Janeiro, que imputava à moradia um papel fundamental no processo de integração social dos migrantes rurais à vida urbana moderna (Santos, C., 2017a).

As primeiras organizações de moradores de favelas no Rio de Janeiro, nos anos 1950 e 1960, organizaram-se para lutar pela posse da terra, por investimentos sociais e pela urbanização e contra as políticas de erradicação das favelas, afirmando o favelado como trabalhador e reivindicando uma condição de cidadania plena para ele (Tanaka, 2017). A União dos Trabalhadores Favelados (UTF), criada em 1955 sob forte influência de um advogado comunista, Magarinos Torres, contrapõe-se à ideia de transitoriedade dessa condição de moradia (Nunes, 1980). A Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (Fafeg), fundada em 1963, defendia investimentos públicos nas favelas e o reconhecimento do favelado como trabalhador (Mello, 2014; Cardoso, 2007). Nos anos 1960, a Fafeg liderou a campanha “Você conhece o favelado?”, com o objetivo de mostrar que o favelado não era marginal ou desvinculado da sociedade (Mello, 2014). Durante a ditadura militar, as lideranças da Fafeg foram ameaçadas e perseguidas, reduzindo sua ação nas lutas urbanas e prejudicando seu alcance na mudança da representação dominante da favela.

A favela, segundo aponta Silva (2002), foi por muito tempo interpretada como expressão da reprodução da desigualdade da sociedade brasileira e da forma de Estado que lhe corresponde, uma condição de cidadania restrita, hierarquizada e fragmentada. A favela, para o autor, foi socialmente construída como um problema. Do sanitarismo repressivo ao “controle negociado” inaugurado nos anos 1940 (consolidado pelo Código de Obras de 1937, que institucionalizou a clandestinidade), formou-se uma representação heterônoma do favelado, centrada na ilegalidade da moradia. Essa representação, e não a condição de trabalhador, tornou-se o cerne de sua identidade social. Mesmo conquistando o reconhecimento dessa parcela da população como atores políticos (especialmente a partir dos anos 1950 e 1960), as mobilizações coletivas operaram dentro desse enquadramento restritivo. De acordo com Silva (2002), o padrão de “controle negociado” permeia as relações entre Estado e favelas desde a década de 1940, alternando e combinando, conforme a conjuntura, repressão, tolerância, remoção e urbanização.

Na visão de Cardoso (2007), a qualificação de favela como subnormalidade (estendida ao aglomerado e reduzida à dimensão das estruturas físicas: habitação, infraestrutura e serviços), adotada mesmo no avanço das ações de urbanização nos anos 1980 e 1990, recuperaria, em certa medida, a visão predominante nas teorias urbanísticas do início do século XX, segundo as quais a intervenção sobre o espaço permitiria efetivar mudanças civilizatórias e disciplinadoras sobre as

“classes perigosas”. Apoiado, de certa maneira, nas teorias da sociologia da modernização, que marcaram fortemente a reflexão latino-americana entre os anos 1950 e 1970, o desenvolvimento socioeconômico postulado visava construir a integração social por meio da integração física. No entanto, a crítica marxista iniciada nesses anos impôs contestações a esses pressupostos adotados, sobretudo considerando o respaldo que recebiam de agências multilaterais de financiamento.

Conforme apresentado, as categorias aqui destacadas (periferia, espoliação urbana, classes populares, movimentos sociais urbanos e favela) trazem a influência da matriz eurocêntrica de interpretação dos processos sociais e de produção do espaço urbano. A produção acadêmica apresentada, dos centros difusores de São Paulo e do Rio de Janeiro, não se limita à importação de paradigmas e busca sua aplicação na realidade urbana das duas metrópoles, resultando em uma produção crítica que afirma as especificidades da urbanização no capitalismo periférico. Os autores expostos se voltam para a realidade empírica, para as contradições concretas das relações sociais no Brasil, para as especificidades da ação do Estado sobre as periferias e favelas, e trazem contribuições específicas abordando as novas práticas e espaços políticos do campo popular.

A partir dos anos 1980, em São Paulo, mudanças significativas no contexto econômico, social e político geraram revisões nas interpretações sobre a periferia e os movimentos sociais. As transformações projetadas a partir das lutas sociais urbanas não teriam se realizado e começaram a surgir “balanços críticos”. Constatava-se uma piora nas condições de vida e o aumento do desemprego e da crise social, associados à crise econômica vivida pelo país, acompanhada da retração das mobilizações sociais. Em algumas análises, verifica-se um rebaixamento das expectativas e, em outras, aponta-se para a necessidade de uma leitura histórica, considerando avanços reais observados em seu contexto (Tanaka, 2017).

Os quadros interpretativos elaborados para a criação dos movimentos sociais urbanos enquanto categoria sociológica revelam seu esgotamento diante de um cenário político e econômico regressivo, rebaixando as expectativas da transformação social. Esse esgotamento está também relacionado à incapacidade teórica de dar conta de uma diversidade de formas de organização social e política que emergiram na sociedade brasileira nos anos seguintes.

No Rio de Janeiro, por sua vez, o avanço das políticas de urbanização e novas perspectivas de integração de favelas na cidade, somado ao fortalecimento de associações de moradores e organizações comunitárias no contexto da redemocratização, fortalece novas leituras da condição favelada. A proposição pioneira de Carlos Nelson dos Santos (2017a), de olhar para a favela em sua diversidade e relações sociais específicas, ganha novas dimensões a partir de programas como o

Favela-Bairro,⁷ que realiza intervenções de qualificação do espaço urbano da favela com participação de seus moradores. Silva (2002) destaca a importância de não se definir favela, ou qualquer configuração social, a partir das características, meios ou recursos que lhe faltam e defende qualificar a tese de Zaluar e Alvito (1998 apud Silva, 2002) de que “a favela venceu”. A ideia de “controle negociado”, seria, no entanto, persistente, limitando sua força social:

A inegável criatividade dos favelados (que é, em grande parte, responsável pela própria heterogeneidade das favelas), com sua capacidade de organizar-se e expressar-se das mais variadas formas e de conquistar direitos e reconhecimento simbólico, sempre esteve “encapsulada”, desde sua gênese como categoria social, e por isso tem tido pouco efeito na mudança do padrão de integração urbana, funcionando antes como um imprevisto e indesejado mecanismo de reprodução de um modo fragmentado e fortemente hierarquizado de integração urbana. Em suma, a “vitória da favela” ocorreu à custa da constituição de uma categoria social subalterna, cuja intervenção na cena pública, duramente conquistada, não mexeu no padrão básico de sociabilidade urbana, pouco alterando sua posição relativa na estratificação social e seu papel como força social. (Silva, 2002, p. 224)

É necessário reconhecer que o debate aqui apresentado está centrado em instituições e autores sediados no Rio de Janeiro e em São Paulo, que fazem suas observações a partir de realidades específicas e no contexto dos anos 1960 a 1980. Novos atores sociais, novas agendas e um novo projeto de Estado surgem com a transição democrática que se abre com o processo da constituinte no Brasil, em meados da década de 1980. Com a aprovação da Constituição Federal de 1988, abrem-se novos campos de disputa e elaboração intelectual e novas dinâmicas em torno da disputa por uma agenda de políticas públicas.

2. “Participação popular” na agenda: movimentos sociais e periferia como produtores de categorias interpretativas e a institucionalização da crítica urbana

Os anos 1980 e 1990, de avanço neoliberal, são considerados “décadas perdidas” em termos econômicos, de alta inflacionária e regressão de políticas sociais. No contexto de piora nas condições de vida, aumento do desemprego e da crise social, identifica-se uma retração das mobilizações sociais, como projetado a partir do final dos anos 1970. Do ponto de vista das análises, começam a ser elaborados

7. O Programa Favela-Bairro foi criado em 1995 pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, contando com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Há uma vasta literatura sobre seu caráter pioneiro e análises sobre seus resultados, que não cabe desenvolver no escopo deste artigo.

balanços críticos quanto à não realização das transformações vislumbradas. Há uma tônica de rebaixamento das expectativas e de necessidade de uma leitura histórica mais distanciada, considerando avanços reais observados.

Aqueles que apostaram nos movimentos sociais urbanos como força democratizante, capaz de trazer as demandas populares para os espaços decisórios do Estado, viram, em grande medida, o retorno de dinâmicas clientelistas e de cooptação, com a anulação das práticas autônomas e inovadoras dos movimentos sociais (Gohn, 1985) e a perda de vigor diante das saídas consideradas “reformistas” apresentadas pelo Estado e por suas estruturas (Moisés, 1982; Gohn, 1985). Com a gradual abertura democrática a partir de 1985, o Estado se tornou mais permeável às demandas populares, e os investimentos públicos começam a chegar às periferias, ainda que de modo limitado.

A participação popular passou a ser incorporada aos discursos oficiais do Estado, no que Dagnino (2004) denomina de efeito perverso do projeto neoliberal. No discurso, a agenda neoliberal assumiu a necessidade de maior distribuição de renda, diluindo a ideia de conflito e chegando a propor a promoção de políticas institucionais – vindas de cima e focalizadas – de atendimento parcial das demandas sociais. A participação e o controle social, reivindicações populares na constituinte, foram incorporados de forma ambígua a essa agenda de governos diversos, desde gestões progressistas até as conservadoras, sendo muitas vezes implementados com pouca ou nenhuma efetividade decisória, fomentando a reposição de práticas arcaicas de favor ou como forma de minimização de tensões sociais com grupos opositores. A periferia é parcialmente incorporada na agenda pública sem ser de fato integrada à cidade.

No entanto, a questão urbana conquistou espaço na agenda do Estado a partir das mudanças na base social. A periferia e a moradia popular adquiriram centralidade nos discursos políticos e campanhas majoritárias, resultado da constituição dos novos sujeitos políticos – os movimentos de luta por moradia, por saneamento básico, por transporte público – que se voltam para o Estado para reivindicar novos marcos legais e políticas públicas urbanas.

Se nos anos 1980 diversos autores do campo da sociologia urbana marxista apresentado registraram o nascimento dos novos movimentos sociais urbanos nas periferias de São Paulo, nos clubes de mães, nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e nos protestos por infraestrutura urbana e regularização fundiária, entre outros, no final dessa década e no início da seguinte houve a formalização de movimentos de luta que se qualificaram como entidades nacionais para disputar o Estado via participação política e institucional. Nesse contexto, surgiram – e se reorganizaram – partidos políticos de esquerda e de base popular, entre eles o Partido dos Trabalhadores (PT).

Em São Paulo, em 1981, a partir de organizações de bairro, foi registrada a primeira ocupação urbana coletiva como estratégia de pressão para a destinação de terras vazias para programas de habitação popular, que ganhou repercussão nacional e se tornou um marco do movimento de moradia (Ronconi, 1995). A Confederação Nacional de Associações de Moradores (Conam) – ligada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) porém com integrantes também do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – foi fundada em 1982, em assembleia realizada em São Paulo com a participação de cerca de 2.700 delegados, representando 8 mil associações de bairro. Ainda em São Paulo, em 1984, movimentos de moradia realizaram seu primeiro encontro municipal, reunindo mais de cem representantes de organizações de bairro, sob o mote “Cooperativismo, ajuda mútua e autogestão” (Lopes, 2011). Em 1987, grande parte dessas associações, ligadas às CEBs, ao Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo (Sasp) e ao PT, fundou a União dos Movimentos de Moradia (UMM). A Central de Movimentos Populares (CMP), também bastante focada nas pautas de moradia e regularização fundiária, foi criada em 1993, mais próxima do PT e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), núcleo sindical ligado de perto ao Partido dos Trabalhadores que também passou a representar o chamado “novo sindicalismo” (Gohn, 2003).

Desde o manifesto de sua fundação, em 1980, o PT contou com a participação de militantes de esquerda acadêmicos e profissionais dos campos da arquitetura e urbanismo e da sociologia urbana paulista, trazendo para sua linha programática a temática da habitação popular e da agenda urbana. Também no início dos anos 1980, tendo como inspiração os movimentos de luta pela terra no campo e setores da Igreja Católica, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), foi iniciada uma articulação das lutas urbanas em escala nacional. Denominada Articulação Nacional do Solo Urbano (Ansur), a entidade promovia encontros entre lideranças populares e militantes com a intenção de fomentar a elaboração de uma plataforma que reunisse demandas dos movimentos urbanos no intuito de unificá-los (Maricato, 1996). Nesses encontros, estava presente, ainda que de forma embrionária, a ideia de um movimento pela reforma urbana, retomando a plataforma de acesso à terra e à habitação na cidade anunciada no Seminário de Habitação e Reforma Urbana, ocorrido em 1963.

Embora a existência da Ansur tenha sido breve, ela foi um importante catalisador para o Movimento Nacional pela Reforma Urbana,⁸ que se constituiu de fato

8. O movimento foi formalizado em 1989 como Fórum Nacional pela Reforma Urbana (FNRU). Em 1991, os movimentos de moradia coletaram 850 mil assinaturas, por meio do Comitê Pró-Fundo Nacional de Moradia, para uma Lei de Iniciativa Popular voltada à criação do Fundo Nacional de Moradia Popular (FNMP) para programas habitacionais de interesse social (UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA

com a instauração da Assembleia Nacional Constituinte (ANC), em 1987 (Maricato, 1996, p. 311). Esse movimento foi iniciado no Rio de Janeiro por um grupo de entidades⁹ que foi aglutinando forças, principalmente em São Paulo, para então incorporar os setores do movimento popular que lutavam por terra e moradia (Cardoso, 1997, p. 88).

A vitória de Lula em 2002 e a criação do Ministério das Cidades em 2003 são vistas como conquistas da luta pela reforma urbana que refletiram as redes de políticas públicas formadas a partir de reivindicações sociais (Frey, 2000). Contudo, essa agenda se consolidou sob críticas, pois o movimento se voltou para um planejamento institucional focado em Planos Diretores Participativos, instrumentos que raramente se implementam e pouco interferem na produção das cidades (Tanaka, 2017). Apesar da disseminação de uma linguagem de direitos, os territórios populares majoritariamente negros permanecem como espaços segregados e historicamente criminalizados.

3. O neoliberalismo e a “nova questão urbana”

A agenda da reforma urbana, contudo, perdeu espaço na década de 1990, quando progressivamente passaram a ganhar força diagnósticos que explicavam os males urbanos como consequência da dissociação entre a cidade e a economia global. No âmbito das políticas urbanas, as articulações democratizantes se viram diante do surgimento do modelo conhecido como planejamento estratégico, que determina que cidades devem competir entre si para atrair investimentos, vendendo-se como mercadorias, com amplo protagonismo de empresas e empresários (Vainer, 2000). As novas formas institucionais passam a requerer conexões entre dimensões distintas das políticas locais, bem como uma articulação entre as diferentes agências públicas, semipúblicas, privadas e não governamentais. Na ausência de barreiras econômicas e institucionais à mobilidade dos capitais, empresas privadas ficam livres para chantagear o Estado com o fantasma das crises locais, exigindo, por exemplo, a “flexibilização” das normas ambientais e urbanísticas (Acseirad, 2004). O surgimento e a consolidação do planejamento estratégico ofereceram o instrumental metodológico, mas também ideológico, que permitiu a

(UMM). Alternativas habitacionais e qualidade de vida urbana – reflexões sobre a trajetória de lutas da UMM. In: GRAZIA, G. de (Org.). *Direito à cidade e meio ambiente*. Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de Reforma Urbana, 1993. p. 126-44.).

9. Essas entidades incluíam a Ansur, o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), o Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas do Estado do Rio de Janeiro (Sarj), a Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro (Famerj) e o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge).

atualização e a implementação de um novo repertório de políticas e práticas urbanas nos anos que se seguiram e foram objetos privilegiados de diversos estudiosos do urbano (Vainer, 2000; Lima Jr., 2003; Ferreira, 2007; Fix, 2015, entre outros).

Originalmente sistematizado na Harvard Business School, o planejamento estratégico, inspirado em conceitos e técnicas oriundos do planejamento empresarial, ancorava sua adoção no entendimento de que as cidades estariam submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas (Vainer, 2000; Lima Jr., 2003). Desde o pós-guerra, o debate acerca da questão urbana remeteu, por décadas, a temas como crescimento desordenado, reprodução da força de trabalho, equipamentos de consumo coletivo, movimentos sociais urbanos e racionalização do uso do solo, entre outros. Agora, a nova questão urbana teria como nexos central a problemática da competitividade urbana.

Agir estrategicamente, portanto, significa, empresarialmente, ter como horizonte o mercado, ou seja, tomar decisões a partir das informações e expectativas geradas no mercado e por ele: “É o próprio sentido do plano, e não mais apenas seus princípios abstratos, que vem do mundo da empresa privada” (Vainer, 2000, p. 86). Essa nova questão urbana, construída sob os marcos do planejamento estratégico, constitui, em termos ideológicos, um rompimento radical com os princípios e objetivos que dominaram a pauta de reivindicações populares no período de redemocratização do país, caracterizado por demandas populares que visavam à reforma do Estado, no sentido de lhe garantir maior permeabilidade e possibilitar a consideração de questões de cunho social, contribuindo, assim, para conformar a experiência contemporânea de planejamento urbano na América Latina (Lima Jr., 2003).

Sob a vigência do empresariamento e do marketing urbano, as metrópoles brasileiras continuam a produzir e reproduzir desigualdades, como ilustram os casos da Copa do Mundo Fifa de 2014 (em múltiplas cidades brasileiras), dos Jogos Pan-Americanos de 2007 e das Olimpíadas de 2016 (ambos no Rio de Janeiro). Embora a cobertura midiática internacional enfatizasse a ascensão geopolítica e econômica do Brasil, tais megaeventos funcionaram localmente como mecanismos de disciplinarização do espaço urbano e abertura de novas frentes de acumulação capitalista. Esses processos, marcados por grandes intervenções urbanísticas, sobretudo no Rio de Janeiro, geraram ameaças de remoção que mobilizaram moradores e aliados em estratégias de resistência multiescalar (Silvestre; Oliveira, 2012).

Como assinala Graham (2011), a hegemonia de políticas neoliberais de governança nas últimas três décadas, aliada à expansão de modelos punitivos e autoritários de controle social, intensificou as disparidades urbanas. Como consequência, populações marginalizadas enfrentam simultaneamente a precarização de serviços

públicos e um processo ativo de estigmatização e criminalização. Essa dinâmica facilita que elites políticas, empresariais e militares caracterizem moradores de assentamentos informais como ameaças existenciais – ou mesmo “sub-humanas” – à economia formal neoliberal e aos seus enclaves urbanos privilegiados (destinados a habitação, produção, especulação imobiliária e turismo). Nas fronteiras entre esses espaços segregados, observa-se uma nítida militarização, na qual forças de segurança estatais e corporativas não apenas policiam, mas também lucram com a mediação entre os grupos. Ademais, assentamentos precários são frequentemente alvos de remoção coercitiva por agentes estatais ou privados, seja para viabilizar infraestruturas ou empreendimentos imobiliários, seja sob justificativas de combate ao crime e a epidemias ou visando à simples ocultação da pobreza perante áreas valorizadas.

4. Colonialidade, nacionalidade e imperialidade do poder sobre conhecimentos e práticas do urbano

Se, de um lado, pode-se reconhecer uma “tradição” teórica e prática brasileira e latino-americana em boa medida original no âmbito dos estudos urbanos – ainda que, no Brasil, centrada majoritariamente na produção sudestina, o que não deixa de apresentar contradições –, também são marcantes, ao longo da história, as influências materiais e intelectuais dos centros de poder euro-norte-americanos sobre instituições, políticas e a produção do conhecimento na região, frequentemente revelando sua inadaptabilidade (ou uma adaptação forçada) às distintas realidades locais, regionais e nacionais de países da periferia capitalista. Para tanto, elementos da produção contemporânea de alguns autores decoloniais e marxistas que articulam tais referenciais parecem especialmente interessantes para novas chaves de leitura dos estudos urbanos e dos processos de produção das cidades em suas dimensões multiescalares, transescalares, econômicas, étnico-raciais, de gênero e socioculturais.

A “colonialidade do poder”, definida como “um processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial” (Grosfoguel, 2008, p. 126 apud Ballestrin, 2013, p. 100), articula a periferia econômica global com hierarquias étnico-raciais. Tal “colonialidade global”, hegemônica pelos Estados Unidos por meio de instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, o Pentágono e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), mantém vastas zonas em situação colonial, mesmo sem uma administração colonial direta.

Segundo o sociólogo venezuelano Edgardo Lander, um dos fundadores do Grupo Modernidade/Colonialidade, a visão de mundo da sociedade liberal de mercado se constitui como verdadeira “cosmovisão” articulada à ideia de modernidade, noção esta que capturaria complexamente quatro dimensões básicas:

1) a visão universal da história associada à ideia de progresso (a partir da qual se constrói a classificação e hierarquização de todos os povos, continentes e experiências históricas); 2) a “naturalização” tanto das relações sociais como da “natureza humana” da sociedade liberal-capitalista; 3) a naturalização ou ontologização das múltiplas separações próprias dessa sociedade; e 4) a necessária superioridade dos conhecimentos que essa sociedade produz (“ciência”) em relação a todos os outros conhecimentos. (Lander, 2005, p. 13)

A colonialidade, assim, configura-se como o lado obscuro e constitutivo da modernidade, ambas estabelecidas simultaneamente, a partir da conquista das Américas, como a modernidade/colonialidade que possibilitou a economia-mundo capitalista e a articulação global das formas de trabalho (escavidão, servidão, salário), tendo a Europa como centro hegemônico (Quijano; Wallerstein, 1992; Mignolo, 2003; Quijano, 2005; Ballestrin, 2013). Nesse processo, raça, gênero e trabalho emergiram como as principais categorias de classificação que estruturaram o capitalismo colonial/moderno desde o século XVI, organizando as relações de exploração, dominação e conflito (Quijano, 2009).

O eurocentrismo é apontado, portanto, como perspectiva hegemônica em uma narrativa de mitificação, que situa a Europa e seus descendentes ocidentais¹⁰ como ápice da trajetória civilizatória, apagando contribuições não europeias/ocidentais. Tal lógica trabalha a partir de “dualismos hierárquicos” (civilizado/primitivo, racional/irracional, moderno/tradicional) que justificam, por sua vez, a dominação material e subjetiva de sociedades periféricas (Quijano, 2005).

Sob essa lógica também se fundamentaria a colonialidade do saber, reproduzindo e hierarquizando saberes, impactando a produção de conhecimento por parte de intelectuais da periferia capitalista e, por meio do apagamento epistemológico, reprimindo saberes populares, indígenas, africanos, afrodiáspóricos e de outras populações subalternizadas em âmbito global, não deixando, contudo, de praticar uma apropriação seletiva de elementos úteis às dinâmicas de acumulação e ao exercício da dominação (Quijano, 2005).

Assim, as formas de trabalho que constituem e direcionam o processo de produção de conhecimento estão concentradas principalmente nas instituições de elite do Norte Global (Connell, 2012). Segundo Alatas (2003), a estrutura imperialista não apenas definiu relações políticas e econômicas, mas também moldou a mentalidade dos povos colonizados, gerando uma dependência intelectual com traços como exploração, tutela e conformismo. Essa dinâmica frequentemente relegou

10. Países colonizados e povoados por populações brancas, como Canadá, Austrália e Nova Zelândia, sendo os Estados Unidos seu maior representante.

intelectuais das periferias a um papel secundário, enquanto estudiosos das “metrópoles” racionalizavam a “missão civilizatória” a partir de uma suposta superioridade. Alatas (2003) acrescenta que essa relação cria uma dimensão subjetiva em que acadêmicos de regiões dependentes assimilam passivamente agendas, métodos e teorias dos centros hegemônicos (Estados Unidos, Reino Unido e França), consolidando um sentimento de inferioridade intelectual perante esses países.

Ao se considerar, por sua vez, a imperialidade, noção proposta por Ballestrin (2017), tem-se uma reflexão articulada, pois, para a autora, se a colonialidade é a lógica do colonialismo, mesmo após o processo formal de descolonização, semelhante raciocínio pode ser aplicado à imperialidade como lógica transcendente do imperialismo que atua como força propulsora e expansionista das dinâmicas de dominação. Segundo essa abordagem, a colonialidade não é tratada como autossuficiente, pois depende de uma força imperial ativa (intervenções militares e controle econômico, por exemplo), com destaque também para certas limitações nas teorizações decoloniais que tomam a modernidade como “mito de origem”, sob o risco de obscurecimento das resistências internas e das estratégias de descolonização dentro do próprio quadro moderno.

A imperialidade envolve, pois, o desejo de expansão, intervenção e controle multidimensional (econômico, político, cultural), exercendo-se, por exemplo, pela acumulação por espoliação (Harvey, 2004) por meio de grandes projetos urbanos – sendo o Porto Maravilha (RJ) um exemplo – e pelo urbanismo neoliberal militarizado (Graham, 2011), com base em conexões entre agentes locais e nacionais (como empreiteiras) e globais (como fundos de investimento). Ademais, uma “governança global (supostamente) sem governo”, centrada em mecanismos informais de poder (instituições financeiras internacionais, agências multilaterais e ONGs, entre outras), reproduziria a imperialidade por meio de agendas como “democracia” e “desenvolvimento”. Sendo assim, a negação total da modernidade ignora as contradições e possibilidades de resistência (como direitos humanos e movimentos sociais), pois o enfrentamento da colonialidade exigiria confrontar a imperialidade a partir de estratégias integradas, articulando análises econômicas (economia política) e culturais (pós-coloniais/decoloniais).

Embora os estudos pós-coloniais e a crítica à colonialidade do poder tenham fornecido ferramentas indispensáveis para desnaturalizar hierarquias epistêmicas e políticas globais, sua aplicação pode esbarrar em limites analíticos. Como argumenta Ribeiro (2011), uma ênfase excessiva no legado colonial como força estrutural única corre o risco de renovar um determinismo histórico que condena as ex-colônias à subalternidade perpétua, obscurecendo a agência de projetos nacionais e outras dinâmicas históricas.

A história da construção de Brasília serve como um importante contraponto às leituras deterministas do poder colonial. A transferência da capital para o Planalto Central em 1960 não foi um simples desdobramento da colonialidade, mas um ato fundador da “nacionalidade do poder” brasileira. O projeto monumental, movido por um nacionalismo desenvolvimentista e uma utopia de integração territorial, simbolizou a decisão deliberada de uma elite nacional de romper com o padrão econômico e simbólico litorâneo herdado do período colonial. Esse caso evidencia que, em determinados contextos históricos, os projetos nacionais podem adquirir primazia causal sobre o legado colonial e sobre as práticas de potências imperialistas, constituindo-se em um objeto de análise muitas vezes específico e até mesmo autônomo (Ribeiro, 2011).

Não há necessidade, portanto, de assumir a colonialidade como uma chave mestra única, mas é sim preciso integrar, em cada cenário concreto, a hierarquia causal variável entre a colonialidade, a nacionalidade (com seus projetos, contradições internas e agências) e a globalidade do poder capitalista. Pesquisas no campo dos estudos urbanos podem se beneficiar dessa tríade analítica para examinar, por exemplo, as políticas urbanas de potências emergentes, os discursos de integração regional e de grandes projetos urbanos ou os movimentos sociais que articulam demandas locais e uma agenda global.

Contemporaneamente, as lutas pela cidade se ampliaram e se diversificaram, indo além das pautas clássicas pela moradia, saneamento básico e transporte público e incluindo lutas pelo direito de trabalhadores informais itinerantes (como camelôs e entregadores), que demandam espaços públicos para seu bem-estar; pelo direito de circulação livre e segura para mulheres e para a população LGBTQIAPN+; pela história e memória; contra apagamentos das histórias negras, quilombolas e indígenas no urbano; por espaços para diversas formas de práticas religiosas; por práticas culturais populares diversas, muitas delas criminalizadas pela cultura branca dominante (como o funk, as rodas de hip-hop e o *slam*, entre outras).

A produção teórica também se renovou, trazendo novas abordagens e olhares que vêm contribuindo para (re)pensar o passado e o presente do urbano e das cidades. Perspectivas interseccionais e multiescalares, tais como em Manzi e Anjos (2021), que expandem a noção de território por meio da interligação das dimensões do corpo, da casa e da cidade e da articulação entre feminismo negro, geografia crítica e pensamento decolonial, confrontam perspectivas tradicionais ao demonstrar como as dinâmicas urbanas são moldadas por opressões de raça, gênero e classe. Revelando a casa como espaço de exploração e resistência e o corpo como território político, visibilizam a agência das mulheres negras, introduzindo ferramentas analíticas que desvelam as relações entre colonialidade, poder e urbanização.

Além disso, pesquisas como as de Renato Emerson dos Santos (2018; 2025) demonstraram a racialização operando como um princípio estruturante da produção do espaço urbano periférico. A segregação espacial, a hierarquização racial e a subalternização de populações negras e não brancas são elementos centrais na formação das cidades brasileiras, na medida em que o racismo não é apenas um fenômeno social, mas uma força geográfica que molda a paisagem urbana em benefício do capital. Movimentos sociais e a produção de cartografias insurgentes, centrados na resistência e (re)existência dessas populações, visam, por sua vez, contestar a ordem racial e espacial dominante (Santos, R., 2025).

O “branqueamento do território” (Santos, R., 2018), fundamento e produto desses processos, é, assim, entendido como uma biopolítica racial hegemônica que se territorializa por meio de dispositivos de poder materializados em políticas espaciais como assentamentos, remoções e deslocamentos forçados. Esse processo articula dimensões biológicas e culturais da racialização, atuando por meio da produção de representações, do controle dos regimes de visibilidade e da imposição de formas culturais específicas de relação sociedade-natureza. Dessa forma, o “branqueamento” não é apenas uma ideologia, mas uma prática espacial concreta que reproduz hierarquias raciais e facilita a acumulação capitalista nas cidades periféricas, consolidando a cidade como um palco de conflitos e resistências onde raça e classe se entrelaçam inextricavelmente.

A produção do saber sobre a “cidade latino-americana”, nesse contexto, carrega uma colonialidade do saber que, ao interpretar realidades periféricas por meio de paradigmas eurocêntricos, opera um duplo apagamento: o da longa história das territorialidades negras e o da validade dos conhecimentos ali produzidos (Davies, 2022). Desse modo, o “branqueamento do território” analisado por Renato Emerson dos Santos (2018; 2025) é também um branqueamento epistêmico. As lutas contemporâneas por memória, cultura e circulação nas cidades são, portanto, igualmente resistências a essa colonialidade, exigindo que se enxergue a metrópole a partir de outras geografias do conhecimento.

A questão urbana atual se vê pressionada pela renovação das pautas que surgem com força nos bairros populares. As lutas pelo reconhecimento da cidade real levaram à inclusão da cidade produzida às margens da lei, identificada como “ilegal”, “informal”, “favelas”, “assentamentos precários”, “vilas”, “mocambos”, “periferias” e outras inúmeras denominações pelo Brasil, tanto nos mapas quanto na agenda pública. Zoneamentos de diversas cidades passaram a incluir as Zonas ou Áreas Especiais de Interesse Social ou outras formas de delimitação das ocupações populares criminalizadas pelo planejamento e controle urbanos tradicionais. Essas formas de reconhecimento representaram um avanço após os marcos

institucionais da regularização fundiária presentes na Constituição Federal e do Estatuto da Cidade, mas marcam ainda uma segregação, uma delimitação entre a cidade “formal” (regulada, com infraestrutura e serviços públicos garantidos pela gestão da cidade) e a cidade “informal” (objeto de políticas e ações específicas, nunca plenamente integradas).

Considerações finais

Este artigo buscou reconstituir, ainda que de maneira não exaustiva, as trajetórias de categorias historicamente centrais para a interpretação do urbano no Brasil – favela, periferia e movimentos sociais urbanos –, examinando como foram transformadas e mobilizadas em diferentes contextos históricos e teóricos. O percurso da análise destacou a tensão constitutiva entre a influência de matrizes teóricas eurocêntricas e a elaboração de conceitos e análises profundamente enraizados na experiência urbana brasileira. Conceituações como espoliação urbana (Kowarick, 1979), periferia como categoria explicativa da urbanização periférica e a noção de classes populares (Sader, 1988) representam contribuições teóricas singulares que emergiram do diálogo crítico com o marxismo e com as realidades concretas das metrópoles brasileiras.

A partir, portanto, do percurso analisado, podem-se extrair algumas reflexões. A categoria “classes populares”, tal como desenvolvida por Kowarick (2000) e Sader (1988), não nega a centralidade da exploração econômica, mas a expande para o chamado “circuito da reprodução social”, no qual a luta pela sobrevivência gera novas formas de antagonismo, como as lutas contra tarifas de transporte, que se revelam também conflitos de classe. Essa abordagem rejeita visões que reduzem a classe à posição na produção formal, demonstrando como a identidade de classe se constitui na interseção entre a exploração laboral e a segregação espacial vivida nas periferias.

Contudo, mesmo essa ampliação conceitual se mostrou limitada para abarcar a complexidade das relações que se estabelecem no espaço urbano. Manteve-se, com frequência, uma compreensão que não reconhecia plenamente raça e gênero como eixos estruturantes da experiência periférica. Mulheres negras, por exemplo, sobrerrepresentadas nas formas precarizadas de trabalho, articulam em seu cotidiano lutas laborais e demandas urbanas por serviços básicos – transporte, saneamento, creches –, expandindo o próprio sentido de “classe”. Sua experiência revela a imbricação contínua de trabalho remunerado, reprodução social e trabalho não pago, que se desdobra em espaços urbanos variados, não compartimentáveis pela lógica estrita da produção formal.

Como se procurou demonstrar, essa produção intelectual se manteve, em grande medida, vinculada a hierarquias cognitivas e epistêmicas de origem euro-norte-americana. Ainda que instituições como o Iseb, o Cebrap e o Cedec tenham desempenhado papel fundamental na crítica ao desenvolvimentismo e na análise dos conflitos urbanos, seus quadros interpretativos frequentemente reproduziram dualismos que invisibilizaram dimensões fundamentais da experiência urbana, tais como raça, gênero e as epistemologias e saberes dos territórios periféricos e favelados. A própria noção de movimentos sociais urbanos, embora crucial para a politização das demandas por moradia, infraestrutura e participação, mostrou seus limites ao ser incorporada e, por vezes, neutralizada pela institucionalização da “participação popular” e pela posterior ascensão de uma agenda urbana neoliberal voltada para a competitividade e para o empresariamento das cidades.

Diante desse cenário, argumenta-se aqui que a renovação crítica dos estudos urbanos no Brasil exige um esforço consciente de descolonização epistêmica. A articulação proposta entre economia política urbana e perspectivas decoloniais, no âmbito da colonialidade, da imperialidade e da nacionalidade do poder, oferece uma tríade analítica fértil para compreender as dinâmicas multiescalares que conformam o urbano brasileiro. Essa abordagem permite reconhecer, de um lado, as estruturas globais de opressão e acumulação que moldam nossas cidades e, de outro, as agências, resistências e projetos políticos que emergem das periferias, favelas e territórios racializados. Conceitos como branqueamento do território (Santos, R., 2018) evidenciam de que modo a racialização opera frequentemente como princípio estruturador da produção do espaço, exigindo que se integrem as dimensões materiais e simbólicas da dominação.

As lutas urbanas contemporâneas – pelo direito à moradia, à circulação, à memória negra e indígena, à cultura popular e ao território – revelam que a cidade permanece um campo de conflito no qual se entrelaçam opressões de classe, raça e gênero. Da mesma forma, as intervenções urbanísticas recentes, sob o discurso da revitalização e da globalização, frequentemente reproduzem lógicas higienistas e excludentes, agora atualizadas pela financeirização e pela militarização do espaço.

Portanto, reitera-se a validade de perspectivas que combinem a crítica econômico-política com as contribuições decoloniais e subalternizadas. Para além da desconstrução das hierarquias do saber, é preciso confrontar as estruturas materiais que perpetuam as desigualdades socioespaciais, o que implica reconhecer a cidade como produto de uma geopolítica do conhecimento que marginaliza saberes locais e insurgentes, mas também como espaço de reinvenção prática e teórica. Cabe aos estudiosos do urbano, em diálogo com movimentos sociais e planejadores comprometidos, adotar uma postura epistemológica e politicamente orientada,

capaz de enxergar nas favelas e periferias não apenas lugares de carência, violência e pobreza, mas um território de produção de alternativas de vida, conhecimento e cidade.

Referências

- ACSELRAD, H. Desregulamentação, contradições espaciais e sustentabilidade urbana. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 107, p. 25-38, jul./dez. 2004.
- ALATAS, S. F. Academic Dependency and the Global Division of Labour in the Social Sciences. *Current Sociology*, v. 51, n. 6, p. 599-613, 2003.
- ARANTES, P. F. Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970. *Novos Estudos Cebrap*, n. 83, 2009.
- BALLESTRIN, L. M. de A. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 11, p. 89-117, 2013.
- _____. Modernidade/colonialidade sem “imperialidade”? O elo perdido do giro decolonial. *Dados*, v. 60, n. 2, p. 505-40, 2017.
- BARONE, A. C. C. Periferia como questão: São Paulo na década de 1970. *Pós*, São Paulo, v. 20, n. 33, p. 64-85, jun. 2013.
- BLANK, G. *Experiência de urbanização de favela carioca: Brás de Pina*. 1977. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Coppe – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1977.
- BOLAFFI, G. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, E. (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979.
- BONDUKI, N.; ROLNIK, R. Periferias: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho. *Cadernos de Estudo e Pesquisa Prodeur-FAU-USP e Fapesp*, São Paulo, 1979.
- CAMARGO, C. P. F. et al. *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo: Edições Loyola, 1976.
- CARDOSO, A. L. Reforma urbana e planos diretores: avaliação da experiência recente. *Cadernos do IPPUR*, Rio de Janeiro, a. XI, n. 1-2, p. 79-111, 1997.
- _____. Avanços e desafios na experiência brasileira de urbanização de favelas. *Cadernos Metrópole*, n. 17, p. 219-40, 1º sem. 2007.
- CASTELLS, M. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (Coleção Pensamento Crítico, v. 48.)
- CONNELL, R. A iminente revolução na teoria social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 80, out. 2012.
- DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, D. (Coord.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: Faces, Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 95-110.

- DAVIES, F. A. A colonialidade do “problema da favela”: ensaio sobre a cidade latino-americana. *Revista Eletrônica da Anphlac*, v. 22, n. 34, p. 334-56, 2022.
- FERNANDES, F. *A sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- FERREIRA, J. S. W. *São Paulo: o mito da cidade-global*. 2003. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- _____. *O mito da cidade global: o papel da ideologia na produção do espaço urbano*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- FIX, M. *São Paulo, cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- FREIRE, A.; OLIVEIRA, L. L. O arquiteto que virou antropólogo: Carlos Nelson Ferreira dos Santos. Depoimentos de Maria Laís Pereira da Silva, Isabel Cristina Eiras e Diogo Lordello de Mello. In: FREIRE, A.; OLIVEIRA, L. L. (Orgs.). *Capítulos da memória do urbanismo carioca*. Depoimentos ao CPDOC/FGV. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2000.
- FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, n. 21, p. 211-59, jun. 2000.
- GOHN, M. da G. M. *A força da periferia: a luta das mulheres por creches em São Paulo*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- _____. *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. São Paulo: Vozes, 2003.
- _____. A produção sobre movimentos sociais no Brasil no contexto da América Latina. *Política e Sociedade*, Florianópolis, v. 13, n. 28, p. 84-111, set./dez. 2014.
- GRAHAM, S. *Cities under Siege: The New Military Urbanism*. Verso Books, 2011.
- HARVEY, D. O “novo” imperialismo: acumulação por espoliação. *Socialist Register*, v. 40, p. 95-126, 2004.
- JACOBI, P. Movimentos sociais urbanos no Brasil: reflexão sobre a literatura nos anos 70 e 80. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 18-34, 1º sem. 1987.
- KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. *Escritos urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- _____. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. *Novos Estudos Cebrap*, n. 63, p. 9-30, São Paulo: Cebrap, jul. 2002.
- LAHUERTA, M. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. *Cadernos AEL*, Campinas, n. 14/15, 2001.
- LANDER, E. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 21-53. (Colección Sur Sur.)
- LEFÈVRE, R. Notas sobre o papel dos preços de terrenos em negócios imobiliários de apartamentos e escritórios, na cidade de São Paulo. In: MARICATO, E. (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979.

- LIMA JR, P. de N. *Uma estratégia chamada “planejamento estratégico”*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- LIRA, J. T. C. de. O urbanismo e o seu outro: raça, cultura e cidade no Brasil (1920-1945). *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 1, p. 47-78, 1999.
- LOPES, J. M. *Sobre arquitetos e sem-tetos: técnica e arquitetura como prática política*. 2011. Memorial (Livre-docência) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2011.
- MANZI, M.; ANJOS, M. E. dos S. C. dos. O corpo, a casa e a cidade: territorialidades de mulheres negras no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 23, 2021.
- MARICATO, E. (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979.
- _____. Reforma urbana: limites e possibilidades – uma trajetória incompleta. In: RIBEIRO, L. C. de Q.; SANTOS JR, O. A. dos (Orgs.). *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 1996.
- _____. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MELLO, J. O. B. *Urbanização sim, remoção não: a atuação da Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara nas décadas de 1960 e 1970*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.
- MIGNOLO, W. D. *Historias locales/diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Tres Cantos: Ediciones Akal, 2003.
- MOISÉS, J. Á. O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais. In: MOISÉS, J. Á. et al. *Cidade, povo e poder*. São Paulo: Cedec/Paz e Terra, 1982.
- MOISÉS, J. Á. et al. *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Cedec; Paz e Terra, 1978.
- _____. *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 [1982a].
- _____. *Alternativas populares da democracia: Brasil, anos 80*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Cedec, 1982 [1982b].
- MONTEIRO, P.; MOURA, F. *Elza Berquó: retrato de grupos – 40 anos do Cebrap*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- NUNES, G. *Favela: resistência pelo direito de viver*. Petrópolis, Editora Vozes, 1980.
- OLIVEIRA, F. de. *Crítica à razão dualista / O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OLIVEIRA, L. L. de. As ciências sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, S. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Editora Sumaré; Fapesp, 1995/2001. 2 v.

- PERRUSO, M. A. *Em busca do “novo”*: intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/80. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGSA, 2008.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 227-78. (Colección Sur Sur.)
- _____. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009.
- QUIJANO, A.; WALLERSTEIN, I. M. La americanidad como concepto, o América en el moderno sistema mundial. *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, v. XLIV, n. 4, p. 549-57, 1992.
- RIBEIRO, G. L. Why (Post)Colonialism and (De)Coloniality Are Not Enough: A Post-Imperialist Perspective. *Postcolonial Studies*, v. 14, n. 3, p. 285-97, 2011.
- RIDENTI, M. Desenvolvimentismo: o retorno. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 92, jan. 2009.
- RONCONI, R. L. N. *Habitações construídas com gerenciamento pelos usuários, com organização de trabalho em regime de mutirão (o programa Funaps Comunitário)*. 1995. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 1995.
- SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANTOS, C. N. dos. Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo? In: COSTA, M. de L. P. M.; SILVA, M. L. P. da (Orgs.). *Carlos Nelson Ferreira dos Santos: sementes urbanas*. V. 1. Niterói: Eduff; Rio de Janeiro: Casa 8, 2017 [2017a].
- _____. Voltando a pensar em favelas por causa das periferias. In: COSTA, M. de L. P. M.; SILVA, M. L. P. da (Orgs.). *Carlos Nelson Ferreira dos Santos: sementes urbanas*. V. 1. Niterói: Eduff; Rio de Janeiro: Casa 8, 2017 [2017b].
- SANTOS, R. E. N. dos. Disputas de lugar e a Pequena África no centro do Rio de Janeiro: reação ou ação? Resistência ou re-existência e protagonismo? In: RENA, N.; FREITAS, D.; SÁ, A. I.; BRANDÃO, M. (Orgs.) *Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico*. Belo Horizonte: Fluxos, 2018. p. 464-91.
- _____. Race and Class in Peripheral Cities from a Decolonial Lens: Notes from Brazilian Cities. In: BIAGI, F. *Reimagining Urban Marxisms*. New York: Routledge. 2025. p. 209-30.
- SCHWARZ, R. Um seminário de Marx. *Sequências Brasileiras*, p. 86-105, 1999.
- SILVA, L. A. M. da. Aspectos de la política habitacional en Brasil. In: II REUNIÃO DO GRUPO LATINO-AMERICANO DE INVESTIGAÇÕES URBANAS – ISA. *Anais...* México, 1981.
- _____. A continuidade do “problema da favela”. In: OLIVEIRA, L. L. de. (Org.) *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002. p. 220-37.
- SILVESTRE, G.; OLIVEIRA, N. G. de. The Revanchist Logic of Mega-Events: Community Displacement in Rio de Janeiro’s West End. *Visual Studies*, v. 27, n. 2, p. 204-10, 2012.

- SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, E. (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979.
- SORJ, B. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- SOUZA, E. R. de. O Iseb. *Revista Tempo, Espaço e Linguagem*, v. 1, n. 1, p. 147-64, jan./jul. 2010.
- TANAKA, G. *Periferia: conceito, práticas e discursos. Práticas sociais e processos urbanos na metrópole de São Paulo*. 2006. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- _____. *Planejar para lutar e lutar para planejar: possibilidades e limites dos planejamentos alternativos*, 2017. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- TOLEDO, C. N. de. *Iseb: fábrica de ideologias*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1997.
- TURNER, J. F. C.; FICHTER, R. (Eds.). *Freedom to Build: Dweller Control of the Housing Process*. Chicago: Macmillan, 1972.
- _____. *Libertad para construir*. Barcelona: Siglo XXI Editores, 1976.
- VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

Luis Régis Coli Silva Junior

Professor adjunto na área de Sociologia do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (PPGPUR) e do curso de graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (GPDES-IPPUR-UFRJ). Pesquisador do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza da mesma universidade (ETTERN-IPPUR-UFRJ). Possui graduação em Ciências Sociais pela UFRJ (2000) e mestrado (2006) e doutorado (2014) em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR-UFRJ. Trabalha com temas relacionados à circulação de ideias e políticas, particularmente no campo do urbanismo e do planejamento urbano. Também realiza pesquisas que envolvem movimentos sociais urbanos, iniciativas de planejamento alternativo e situações de conflito.

Email: luisregis@ippur.ufrj.br

ORCID: 0000-0003-3142-2209

Contribuição de autoria: Conceituação; Análise Formal; Investigação/Pesquisa; Metodologia; Escrita – Primeira Redação; Escrita – Revisão e Edição.

Giselle Megumi Martino Tanaka

Planejadora urbana e professora do curso de graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (GPDES-IPPUR-UFRJ). Arquiteta e urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design da Universidade de São Paulo (FAU-USP, 2001), cientista social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da mesma universidade (FFLCH-USP, 2007) e doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR-UFRJ, 2017). Pesquisadora do Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos (LabHab) da FAU-USP entre 1997 e 2007 e do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN-IPPUR-UFRJ) desde 2011. Integrante do BrCidades. Desenvolveu projetos e pesquisas relacionados a políticas públicas de desenvolvimento urbano para o Ministério das Cidades, a Prefeitura de Santo André, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e o Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social da Comissão Econômica para a

América Latina e o Caribe (ILPES-CEPAL-ONU). Atua com pesquisa, extensão, assessoria técnica e políticas públicas nas áreas de planejamento urbano e habitacional. É militante junto a movimentos sociais por direitos, principalmente direito à moradia e direito à cidade.

Email: giselletanaka@ippur.ufjr.br

ORCID: 0009-0002-2265-7807

Contribuição de autoria: Conceituação; Análise Formal; Investigação/Pesquisa; Metodologia; Escrita – Primeira Redação.

Endyra de Oliveira Russo

Doutora em Sociologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP, 2023), é mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR-UFRJ, 2014) e especialista em Gestão Pública pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap, 2011). Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design (FAU-USP, 2004). Atua como analista de infraestrutura no Ministério das Cidades desde 2008, tendo sido antes consultora da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) para o patrimônio histórico e arquiteta na Prefeitura de São Paulo. Tem experiência na área de Urbanismo, com ênfase em Planejamento e Políticas Públicas, atuando nos temas de habitação social, urbanização de favelas, reabilitação de áreas centrais, planejamento urbano e participação social.

Email: endyraorusso@gmail.com

ORCID: 0009-0000-0851-8988

Contribuição de autoria: Conceituação; Análise Formal; Investigação/Pesquisa; Metodologia; Escrita – Primeira Redação.

Informações sobre o uso de Inteligência Artificial

- a) Busca, sistematização e organização final de referências: Não.
- b) Organização de bancos de dados e respectiva elaboração de quadros, tabelas e gráficos: Não.
- c) Revisão final do texto para aprimoramento de gramática e ortografia, para atender a norma culta: Não.

Dados Abertos

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Submissão: 1º de junho de 2025.

Aprovação: 10 de abril de 2026.

Editores: Maria do Livramento Miranda Clementino, Rodrigo José Firmino e Sara Raquel Fernandes Queiroz de Medeiros.

Editores do Dossiê: Jeroen Johannes Klink, Victor Ramiro e Guillermo Jajamovich.

Como citar: COLI, L. R.; TANAKA, G.; RUSSO, E. O. Categorias e ideias em circulação no pensamento crítico dos estudos urbanos brasileiros: trajetórias e tensões. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*. V. 28, E202631pt, 2026. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202631pt>.

Artigo licenciado sob Licença Creative Commons CC BY 4.0.

https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR